

Argentina

Desocupados, empleados estatales y docentes marcharon por el centro de la capital argentina



Uno de los líderes de los piqueteros, Luis D'Elía, dijo que en los bloqueos de carreteras participaron desde el martes más de 150.000 manifestantes en 300 puntos de todo el país. (CNN - 09/08/01)

Brasil

No terceiro dia de greve dos funcionários Previdência a adesão em São Paulo chegou a 80,7% e já atinge a 14 estados brasileiros. (FSP, 11/08/01)

Uruguay

Más allá de las diferencias sobre los criterios de integración de la nueva dirección del PIT-CNT, la crisis de la central plantea las diferencias estratégicas de qué postura asumir ante la crisis que atraviesa el país.

Paraguay

La CUT-PY realizó una marcha en el día 10 por por la falta de credibilidad de la ciudadanía contra el Gobierno.

Dois anos de Correio Sindical Mercosul

Em agosto de 1999 começamos a fazer o Correio Sindical Mercosul e no número zero fizemos uma análise das dificuldades que o Mercosul atravessava – resquícios da desvalorização cambial brasileira que havia ocorrido em fevereiro daquele ano- assim como do contencioso setorial que dificultava o avanço do processo de integração. Na época propúnhamos **Mais Mercosul. É hora de aprofundar o processo de integração .**

No ano 2000 os governos reconheceram essa necessidade e aprovaram uma agenda de Relançamento do Mercosul – que na verdade tocava em, alguns pontos sensíveis – dados macroeconômicos e De lá para cá o quadro piorou ainda mais e neste ano com o acirramento da crise Argentina , o Mercosul ficou ainda mais frágil e atravessa um período de absoluta paralisia.

É claro que é impossível manter a União Aduaneira e avançar para um mercado comum quando os sócios desse processo continuam adotando um modelo que torna nossos países cada vez mais dependentes dos capitais financeiros externos, quando o ajuste fiscal é cada vez mais profundo para garantir as reservas necessárias para pagar os juros da dívida externa. Não há possibilidade de uma integração mais equilibrada e estável se esse processo não for acompanhado de medidas ativas de promoção e financiamento da produção industrial e agrícola, principalmente das pequenas e médias empresas.

Um processo de contempla tantos desequilíbrios internos e profundas diferenças ao nível macroeconômico só pode avançar se adotar medidas regionais de promoção da complementação produtiva e priorizar de fato a criação e desenvolvimento de um mercado regional capaz de associar-se com os demais países do continente sul americano. Sem medidas desse tipo as diferenças cambiais criam barreiras não tarifárias e estas por sua vez geram medidas unilaterais tarifárias – o quadro da Tarifa Externa Comum está cada vez mais desrespeitado – fazendo retroceder o Mercosul a níveis anteriores ao da instalação da zona de livre comércio em 1994.

Refletindo diretamente essas medidas, nesses dois últimos o desemprego manteve-se estável e/ou em alta, os salários continuaram caindo e a precarização do emprego é cada vez maior. O que significa maior instabilidade social e política e portanto, mais um fator de fragilização do Mercosul e de distanciamento do que sempre deveríamos deveriam ser seus objetivos: a integração entre economias de uma mesma região, que já dispunham de um nível interessante de trocas comerciais e que precisam se complementar para se fortalecer no cenário econômico mundial e desta forma reforçar suas bases de intercâmbio comercial e capacidade de atração de investimentos. (Correio Sindical Mercosul)

Comentário sobre a semana

Novamente o cenário econômico e político da Argentina polarizou o noticiário da semana. Foram paros de docentes e estatais, piquetes e cortes de rutas e marchas de desempregados, que noticiamos na home page Sindicato Mercosul e na seção Sindical deste boletim. Porém, o maior destaque da imprensa foi relativo ao novo empréstimo do FMI ao Brasil, obviamente acompanhado por medidas de ajuste que ainda não estão divulgadas, assim como as gestões da equipe econômica Argentina junto ao Fundo e o apelo dos Presidentes do Cone Sul ao governo de Bush em favor de um empréstimo urgente para a Argentina. Essas são as raízes da crise social e política que nossos países vem vivendo desde o início dos anos 90. Por isso nos pareceu importante reproduzir o artigo do jornalista brasileiro, Clovis Rossi (Folha de São Paulo, 08/08/2001) comentando as declarações que o economista Edmar Bacha, ex-membro do governo FHC, sobre as propostas e declarações do PT.

Fracassados, mas modernos

Se eu fosse um liberal, não convidaria o banqueiro Edmar Bacha para dar palpites sobre a eleição de 2002. O que Bacha disse ontem a Guilherme Barros, desta Folha, é propaganda para a esquerda.

Bacha começa com o já conhecido sambinha preferido dos mercados, segundo o qual só é "moderno" e só tem condições de governar o país quem pensa como ele ou como os seus.

Não passaria em um teste básico para um cursinho de introdução à democracia, mas é assim que pensa e age o que os argentinos chamam de "patria financiera".

Não há, pois, novidade. Novidade há, sim, no show de desinformação (ou má-fé, ou ambas) que se segue.

Bacha aponta a Aliança argentina, o mexicano PRD (Partido Revolucionário Democrático) e o Partido Socialista chilenos como exemplos de esquerda "moderna". Gosto não se discute, mas faltou acrescentar alguns detalhes.

Detalhe 1 - A Aliança, a coligação que governa a Argentina, é o mais redondo fracasso da história administrativa recente e não tão recente da América Latina, uma história, de resto, prenhe de fracassos.

Se ser moderno é ser fracassado, que vivam os dinossauros.

Detalhe 2 - No caso do PRD mexicano, há dois erros, não apenas um. Primeiro, o PRD não se reciclou porcaria nenhuma. E, além disso, é outro exemplo de monstruoso fracasso, a ponto de ter ficado em terceiro lugar na mais recente eleição mexicana, a do ano passado.

Bacha certamente confundiu Cuauhtémoc Cárdenas, o candidato do PRD, com o atual presidente mexicano, Vicente Fox, que não precisou reciclar-se, porque foi sempre de um partido de direita, o PAN (Partido de Ação Nacional).

Se gosta tanto de fracassados, Bacha bem que poderia convidar Domingo Cavallo para gerir seu banco. Correria o risco de falência, mas uma substancial parcela dos argentinos lhe ficaria eternamente grata. (Clovis Rossi)

Sindical

Paro de docentes, estatales y 40 cortes de rutas - En el día 7 empezó la segunda protesta nacional de los piqueteros, que se sumó en el día 9 al paro de la CTA —**incluidos los docentes de todo el país**— y una movilización desde el Congreso a la Plaza de Mayo. La primera jornada contó con decenas de cortes de calles y rutas en todo el país, y movilizaciones en diversas ciudades del interior, la más grande de ellas en Neuquén.

La doble jornada de protesta es continuación del plan de lucha que comenzó el martes último, y tiene la consigna establecida en el "primer congreso piquetero", realizado hace quince días

en San Justo: no al ajuste y al plan económico, desprocesamiento y liberación de manifestantes detenidos en protestas similares.

El Gobierno minimizó el alcance de la protesta, aunque trató el tema en reunión de Gabinete. De acuerdo con las autoridades nacionales, fueron menos de 10 mil las personas que manifestaron, distribuidas en unos **40 cortes**.

Tal como ocurrió la semana pasada, el epicentro de la movida fue La Matanza. Allí aseguraron además que hubo cerca de **300 cortes en todo el país**. En cuanto a movilización, la protesta fue fuerte sobre todo en la ciudad de Neuquén, con unos 5 mil manifestantes.

En la Capital Federal, predominó el tono verde de las banderas de la Asociación de Trabajadores del Estado (ATE). Los estatales hicieron **asambleas callejeras** en Corrientes y Thames y en Perón y San Martín, establecieron una olla popular en plena Recoleta, frente a la Secretaría de Cultura, e instalaron una radio abierta frente al Congreso Nacional, sobre la avenida Rivadavia.

Además, los trabajadores aeronáuticos cortaron el tránsito de la avenida Costanera, frente al Aeroparque, y **provocaron un importante embotellamiento a media tarde**. El otro punto conflictivo de la Capital fue Pompeya. Allí se hizo otra olla popular, frente a la iglesia, lo que obligó a cortar parcialmente el tránsito al mediodía.

El resto del país ofreció un panorama tan disperso como intenso. El Gran Buenos Aires tuvo piquetes importantes en el Cruce Varela, al sur; en Panamericana y ruta 197, al norte, y en Gaona y Camino de Cintura, al oeste.

Además del piquete de La Matanza, el de 197 y Panamericana reunió a una buena cantidad de gente. Alrededor de medio millar de personas: desocupados de Tigre, San Fernando, Béccar, San Isidro, Boulogne; militantes del Polo Social, del Movimiento Socialista de los Trabajadores (MST) y de la Corriente Clasista Combativa (CCC) del "Perro" Santillán; maestros nucleados en SUTEBA y trabajadores de los hospitales públicos de la zona. (*Clarín, 09/08/2001*)

Denuncias por el pago de sueldos - Los gremios estatales bonaerenses denunciaron que los empleados públicos provinciales no están cobrando en pesos la suma comprometida por el Gobierno provincial. Reanudarían los paros.

De acuerdo con la ley de emergencia provincial, los empleados públicos deben cobrar hasta \$ 740 en moneda de uso corriente y quienes superan esa cifra, está previsto que les abonen en Patacones, en una fecha a determinar por las autoridades del Gobierno. También se estableció una tabla de ajuste progresivo a los haberes superiores a los \$ 1.200.

Sin embargo, los estatales se encontraron con algunas sorpresas. En la Asociación Judicial Bonaerense denunciaron que muchos secretarios y administrativos de los juzgados tuvieron retenciones de 200 o 300 pesos en el sueldo pagado en efectivo y cobraron sólo 440 ó 540 en pesos. "Los recibos tienen códigos nuevos de descuentos que nadie entiende. En los Tribunales de Quilmes hemos visto liquidaciones de \$ 35 en efectivo y el resto en Patacones", aseguraron en el gremio.

Ayer comenzaron a llegar a los consejos escolares de los municipios algunos cheques con el pago a docentes, que deben cobrar desde mañana. Allí también habría irregularidades. "A una directora de escuela, que percibe \$ 1.200 mensuales le liquidaron \$ 630 en efectivo. Suponemos que el Gobierno decidió hacer las retenciones sindicales y otros descuentos del porcentaje de pesos", explicó Roberto Acha, de la Federación de Educadores Bonaerenses. Por eso, los maestros de la provincia no reanudarán las clases la semana próxima. Suteba anunció un paro por 72 horas a partir del martes y la FEB no irá a clases desde el lunes. (*Clarín, 12/08/2001*)

El paro docente se sintió con más fuerza en las escuelas bonaerenses - Mientras el paro docente se sintió fuerte ayer en las provincias de Buenos Aires, Formosa, Jujuy, Misiones, Salta, Tucumán y San Juan -con al menos 90% de ausentismo de los maestros estatales, según cifras oficiales-, en otros distritos del país la protesta tuvo una adhesión dispar.

En la ciudad de Buenos Aires, el acatamiento fue del 65% en las escuelas primarias y del 35% de las secundarias. Los colegios privados, en cambio, funcionaron con normalidad, afirmó la Secretaria de Educación porteña.

La situación es especialmente conflictiva en el territorio bonaerense, donde los dos principales gremios docentes de la provincia - el Sindicato Unico de Trabajadores de la Educación (Suteba), adherido a la Ctera, y la Federación de Educadores Bonaerenses (FEB) - decidieron no dar clases ni concurrir a las escuelas hasta que el gobierno bonaerense pague el salario pendiente de julio.

Según la Ctera "En todas las jurisdicciones se realizaron marchas, clases públicas y cortes de rutas." El paro fue "masivo y contundente" y "demuestra el rechazo a las medidas de ajuste", según un comunicado. Algunas cifras: San Juan y Formosa (100%); Buenos Aires (90%) y Misiones (100%), La Rioja (85%), Catamarca y Chaco (90%), Capital Federal (90%), Córdoba (50%). (*La Nación 09/08/2001*)

Brasil - greve na Previdência já atinge 14 estados - No terceiro dia de greve dos funcionários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), a adesão nas unidades de São Paulo chegou a 80,7%, de acordo com os dados do próprio Ministério da Previdência e Assistência Social. Segundo o ministério, 14 Estados estão com unidades do INSS paralisadas. Os postos prestam atendimento aos aposentados.

Os funcionários do INSS -que reivindicam um reajuste salarial, um plano de carreira e a realização de um concurso público para cobrir as vagas existentes no órgão- pretendem engrossar a greve dos funcionários públicos, marcada para o próximo dia 22.

Nas capitais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco e Bahia, todas as unidades estão paradas. No interior destes Estados, a paralisação não foi completa, mas conseguiu muitas adesões.

Nos municípios do interior de Santa Catarina, o número de unidades em greve chegou a 84%. Na Bahia e no Rio Grande do Sul, 50% das unidades localizadas fora da capital não estão funcionando.

No Distrito Federal, 84% das unidades do Plano Piloto (região central de Brasília, onde se localizam os edifícios governamentais) estão fechadas. Nas cidades-satélites do Distrito Federal, a paralisação alcançou 48,6%. No Rio de Janeiro, a paralisação atinge 40%, e em Natal, 81%.

Os dados divulgados pela Fenasp (Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social) trazem algumas diferenças em relação aos números divulgados pelo governo. No balanço geral, a estimativa da Fenasp é que 60% dos serviços estão paralisados.

Os servidores do INSS reivindicam um plano de carreira (com a incorporação do adiantamento pecuniário de 47,4% a este plano), um concurso público para suprir o déficit de 18 mil vagas e um reajuste salarial de 75,48%.

Segundo Vladimir Nepomuceno, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, todos os funcionários do INSS recebiam o adiantamento, previsto para vigorar até a implantação do plano de carreira da categoria. Mas, a partir de 1992, apenas 26,7% dos servidores do órgão continuaram a receber o adiantamento.

A assessoria de imprensa do Ministério da Previdência informou ontem que o ministro Roberto Brant (PFL) é favorável à implementação do plano de carreira reivindicado pelos funcionários do INSS, mas que para isso precisa do aval do Ministério do Planejamento. (*Folha de São Paulo, 11/08/2001*)

El Gobierno sancionó a piqueteros por irregularidades en los planes - El martes (06/08), cuando comenzó la segunda protesta nacional con cortes de ruta, la ministra de Trabajo, Patricia Bullrich, en una contraofensiva judicial y política contra la dirigencia piquetera, sacó a la calle 485 inspectores para corroborar denuncias sobre extorsiones y manipulaciones con los planes Trabajar, que son subsidios a desocupados de 150 pesos promedio.

La investigación administrativa derivó en las sanciones conocidas ayer, que son para los movimientos sociales, pero no para los beneficiarios de los planes laborales.

Bullrich dijo que las organizaciones, en vez de contemplar la situación de pobreza de los beneficiarios, establecieron "un sistema de puntaje para un ranking de acceso a los planes" basado en el activismo demostrado en piquetes y asambleas.

Por esas prácticas, será dado de baja como intermediario del beneficio el Movimiento Teresa Rodríguez, uno de los más violentos del sector piquetero, que participó por ejemplo de la toma del Banco Provincia en Florencio Varela y la del Ministerio de Trabajo bonaerense.

Las organizaciones sancionadas serán retiradas del registro de entidades encargadas de distribuir planes Trabajar. "En quince días habrá nuevas normativas para acceder al registro, a fin de evitar que se reinscriban las organizaciones sancionadas con cambios de identidad", informó.

Luego abundó en los motivos de las sanciones: "Queremos distinguir las organizaciones que realizan una verdadera tarea social de las que no buscan ese fin y se manejan con mecanismos ilegales".

El informe oficial atribuyó irregularidades también a la Asociación Unidos y Solidarios (del Movimiento Teresa Rodríguez), la Asociación Civil, Cultural y Biblioteca Popular Horizonte y los sindicatos docentes SUTEDA de Berazategui y de Quilmes. Mencionó al Centro Comunitario Juan Manuel de Rosas, Asociación Civil San Onofre de Misiones, Asociación de Empleados de Tucumán, Centro de Desocupados de Familia de Tucumán, Sindicato de Obreros y Empleados Municipales de Aguilares y Comunas de Río Chico y Chichiligasta de Tucumán y Emaus Huertas Comunitarias de Santa Fe.

La rueda de prensa de Bullrich fue seguida por la ratificación de los tres días de cortes de ruta para la semana que viene, por parte de los líderes piqueteros Luis D' Elía, de la Central de Trabajadores Argentinos (CTA), y Juan Carlos Alderete, de la Corriente Clasista y Combativa (CCC). Ambos dirigentes viajaron ayer a Jujuy en apoyo a su colega Carlos "Perro" Santillán, que viene siendo jaqueado por la Justicia por participar en protestas con violencia en esa provincia. (Clarín , 8/8/2001)

Uruguay-sigue la crisis interna del PIT-CNT - El día 09, un grupo de dirigentes históricos fundadores de la Convención Nacional de Trabajadores (CNT) - José D'Elía y dirigentes de su generación como Félix Díaz, Ignacio Huguet, Vladimir Turianski, Carlos Bouzas y Luis Iguini - se reunirá para analizar la situación y proponer su colaboración para superar diferencias.

Más allá de las diferencias sobre los criterios de integración de la nueva dirección del PIT-CNT, la crisis de la central de trabajadores plantea diferencias estratégicas de qué postura asumir ante la crisis que atraviesa el país y si la misma tiene que ser de confrontación radical o de impulsar el camino del diálogo y la negociación, admitieron varios dirigentes consultados. La Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay (AEBU) decidió en su directiva no formar parte de la Mesa Representativa, de acuerdo a lo que se resolvió en el Congreso. "No se puede cambiar la decisión de un congreso hasta que haya otro", dijo el dirigente Juan José Ramos -- Nuevo Espacio--, quien precisó no se puede integrar un cuerpo para el que no se presentó una lista. Agregó que "todos conocen nuestra posición en defensa del pacto social y esos son elementos que nos distancian. Entendemos que desde el punto de vista de la crisis económica, esta es una crisis de la que solamente se sale con un pacto social".

El dirigente del transporte Eduardo Pereyra sostuvo que "el movimiento sindical es plural e independiente y en él hay muchas formas de ver la vida de los sindicatos" "aunque no está en juego la unidad, sí la pone a prueba, porque la unidad es una construcción permanente y no se puede decir que no pasa nada, pero lo rescatable es que haya voluntad de recomponer".

Por su parte, el dirigente del sindicato del gas Luis Puig --de extracción radical-- dijo que la mesa Política debe asumir la responsabilidad de impulsar las conversaciones para recomponer la situación y hay que hacer todos los esfuerzos para ello. Puig opinó que "no está en juego la unidad del movimiento sindical, sino la conformación de la dirección, tras el resultado del congreso".

En medio de esta situación y sin que haya por el momento señales de superación de la crisis, la Mesa Representativa del PIT-CNT se reunirá el viernes para analizar eventuales caminos de entendimiento, definir su reglamento de funcionamiento y la elección del nuevo Secretariado Ejecutivo. (*El País, 08/08/2001*)

Na página [Sindicato Mercosul](#) – seção de notícias anteriores podem ser lidas todas as notícias sobre os debates que ocorreram no Congresso do PIT-CNT, realizado no final de julho.

CUT inicia campanha salarial dia 17 - Uma paralisação de advertência no setor bancário do país vai dar o pontapé na campanha salarial unificada da CUT para as categorias com data-base no segundo semestre do ano.

A campanha envolve cerca de 10 milhões de trabalhadores, de mais de 20 categorias profissionais, entre bancários, metalúrgicos, petroleiros, químicos, comerciários e trabalhadores da construção civil.

As principais diretrizes da campanha foram definidas ontem, durante reunião da executiva nacional da CUT.

Entre as definições está o agendamento do lançamento nacional da campanha, programado para o dia 17, com um ato na praça Antonio Prado, região central de São Paulo, e paralisação de advertência nas agências bancárias da capital, entre 6h30 e 12h.

Depois da paralisação, os trabalhadores seguem em passeata até a Secretaria da Fazenda, onde será entregue um documento contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que inibe o reajuste salarial dos servidores públicos.

A reunião de ontem também definiu a pauta única da campanha salarial da CUT, que reivindica aumento real de salários, manutenção de empregos e de direitos, redução de 10% da jornada de trabalho, fim das horas extras e luta contra a alteração da legislação trabalhista.

Segundo o presidente da CUT, João Felício, a campanha salarial prevê a mobilização unificada de diversas categorias, mas cada uma delas fará reivindicação de reajuste salarial diferente, de 5% a 75%. "As categorias são muito distintas. Algumas têm reajustes todos os anos. Mas algumas, como os servidores, estão sem aumento desde 1995." (*Folha Online, 10/08/2001*)

Fallo contra el recorte de salarios -La jueza en lo laboral Sara Silva declaró la inconstitucionalidad de algunos de los artículos de la ley, ya que la norma prohíbe "al Poder Judicial decretar medidas cautelares" contra la aplicación del ajuste salarial para el sector público.

En su resolución, la jueza no analizó la "cuestión de fondo" como es la inconstitucionalidad de toda la Ley de Déficit Cero y sólo lo hizo respecto al articulado para poder hacer lugar a la medida cautelar solicitada.

La medida cautelar fue dictada ante una solicitud de la Central de Trabajadores Argentinos (CTA), una de las entidades que había pedido esa medida junto a la Asociación de Trabajadores del Estado (ATE).

La acción tendiente a lograr la inconstitucionalidad de la ley 25.467 también fue suscripta por la Unión de Trabajadores de Prensa de Buenos Aires (UTPBA) y los gremios que agrupan a los trabajadores aeronáuticos y de ferrocarriles argentinos.

El gobierno dispuso por medio de un decreto, luego ratificado por ley del Congreso, un ajuste del gasto público que incluye rebajas del 13% en los salarios mayores a 500 pesos de los empleados estatales y jubilados. El recorte puede variar mes a mes, ya que está sujeto a los ingresos que percibe el Gobierno para evitar que los gastos superen a los ingresos.

El titular de la Central de Trabajadores Argentinos (CTA), Víctor De Gennaro, sostuvo que "el Gobierno debería acatar la decisión de la Justicia" y ratificó "todas las acciones y medidas de protestas", impulsadas por la central sindical contra el ajuste. (*Clarín, 4-8-2001*)

La Iglesia dialogó con las CGT y empresarios - En una reunión que duró más de dos horas, representantes de las dos CGT, de entidades empresariales y de bancos oficiales pidieron a autoridades del Episcopado que la Iglesia "sea el ámbito para la reconstrucción de la

unidad y la identidad nacional", según fuentes eclesiósticas. Al salir, el secretario de la CGT disidente, Hugo Moyano, dijo que el encuentro "abre la esperanza para que se recupere la identidad nacional".

Y el titular de la Unión Industrial Argentina (UIA), Ignacio de Mendiguren, dijo: "Todos somos conscientes de que no puede existir un modelo económico en el que para que a unos les vaya bien, al resto le tiene que ir mal. Hay un modelo económico muy concentrado, extranjerizado, pero con muy poca gente, y del otro lado hay muy poco poder económico pero está toda la gente."

Y el secretario de la CGT oficial, Rodolfo Daer, abogó por un pacto para la producción y el crecimiento, con subsidio para los jefes de familia desempleadas, que sea acompañado por la fortaleza de un acuerdo político.

Más de veinte dirigentes de distintos sectores fueron recibidos por el presidente del Episcopado, monseñor Estanislao Karlic, acompañado por el secretario general, monseñor Guillermo Rodríguez Melgarejo, y el secretario de la Comisión de Pastoral Social, monseñor Ramón Staffolani.

Entre otros, estuvieron los sindicalistas Andrés Rodríguez, Armando Cavalieri y Gerardo Martínez, por la CGT oficial, y José Rodríguez, Jorge Viviani y Saúl Ubaldini, por la CGT disidente; Osvaldo Rial y Pablo Challú, por la UIA; Osvaldo Cornide, por la Coordinadora Actividades Mercantiles Empresarias (CAME), Rolando Pietrantuono (Pyme) y Gregorio Chodos (Cámara Argentina de la Construcción).

Por los bancos oficiales asistió el titular del Banco de la Nación, Enrique Olivera.

Cornide dijo que "la Iglesia Católica es el único factor de cohesión nacional que tiene respeto en la Argentina. El pueblo argentino ha perdido la consideración a los dirigentes políticos, sindicales, empresarios". (*La Nación*, 10/08/2001)

Alto lucro das empresas financeiras muda campanha salarial de bancários - A minuta da Confederação Nacional dos Bancários (CNB) será entregue à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) próximo ao dia 20, e terá na pauta uma cláusula diferenciada. Sai a regra fixa para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e entra a discussão da distribuição de 25% do lucro líquido dos bancos. É um percentual que praticamente amplia cinco vezes o "extra" dos bancários do Itaú, se considerado o lucro recorde de R\$ 1,4 bilhão neste primeiro semestre. Levantamento da ABM Consulting com dez instituições financeiras mostra um crescimento de 34,9% no lucro líquido em relação ao mesmo período de 2000.

Desde 1995, a pauta da categoria bancária tem sido: 80% do salário mais valor fixo, respeitando uma variação de 5% a 15% sobre a lucratividade do banco. A campanha deste ano da categoria, filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), pleiteia um reajuste salarial de 21,12%, referente à perda residual estimada em 16,35% de setembro de 1994 a agosto deste ano, de acordo com o ICV/Dieese, e percentual em torno de 4% para ganho de produtividade. Em 1999 e 2000, o reajuste ficou pouco acima do Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC), que baliza a maioria das negociações.

Entre funcionários de bancos privados e públicos, há 392,6 mil em todo o país, segundo dados da Federação Brasileira de Bancos. Mas a realidade deles em uma e outra instituição é bem distinta. A proposta para os bancários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal ainda não está definida. De todo modo, a Caixa entra em negociação este ano sem ter fechado o acordo salarial de 2000 e o BB, depois de cinco anos, começou a vislumbrar ganho real no ano passado.

O presidente do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo e vice-presidente da CUT, João Vaccari Neto, adianta que "a campanha salarial unificada será ancorada na dos bancários". A central sindical lança oficialmente a campanha dia 17, representando 4 milhões de trabalhadores com dissídio no segundo semestre. (Valor Econômico)

Acaba a greve na Philips de Capuava-SP - Os 1.000 funcionários da unidade de lâmpadas da Philips de Capuava, na região do ABC, decidiram hoje em assembléia colocar fim à greve iniciada na sexta-feira e marcaram para amanhã o retorno ao trabalho. A paralisação foi um protesto contra as demissões anunciadas pela empresa na sexta-feira.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Região, há divergência entre o número de demitidos informado pela Philips e a quantidade real de trabalhadores desligados. A empresa informa que demitiu 180 trabalhadores. "A Philips demitiu 330 funcionários, o sindicato conseguiu reverter 120 cortes e serão demitidos mesmo 210 pessoas", disse o presidente do sindicato, Cícero Firmino da Silva, o Martinha.

De acordo com ele, os operários aceitaram voltar ao trabalho somente depois da Philips oferecer garantia de emprego e salário para os funcionários restantes até 30 de novembro além de pagar um pacote de incentivos para os demitidos, que inclui 1,5 salário adicional, curso de reciclagem e assistência médica por 3 meses e 6 meses.

Fusão e racionamento têm motivado as demissões - No início de julho a Philips Lâmpadas de Capuava (SP) havia dado férias coletivas aos seus funcionários e no dia 3 de agosto anunciou a demissão de 25% do seu quadro de funcionários, em virtude da queda do volume de vendas devido ao racionamento de energia. A empresa alega que apesar da redução no volume de produção de lâmpadas incandescentes, fluorescentes e de iluminação pública, a Philips "ainda manteve 75% de seu pessoal, devido às iniciativas tomadas para aumentar o volume de exportações", diz nota oficial divulgada pela empresa.

Na unidade de São José dos Campos, dez dias após oficializada a formação da LG-Philips Display - originada da fusão entre a Royal Philips Eletronics e a LG Eletronics - a nova empresa abriu um plano de demissão voluntária que quer atingir 250 funcionários no País. A antiga fábrica da Philips, em São José dos Campos, é a maior do grupo no Brasil, com 2,3 mil funcionários, e uma das principais no mercado latino-americano. A unidade fabrica 6,6 milhões de unidades de cinecâmeras por ano, além de defletores e telas para aparelhos de tevê. Na mesma data a empresa anunciou também que daria férias coletivas aos trabalhadores nas próximas semanas e divulgou nota dizendo que a atual situação da economia brasileira, que causou impacto significativo no mercado de eletroeletrônicos, fez com que a empresa reavaliasse e ajustasse seus planos de produção em face das novas condições de mercado. (*Gazeta Mercantil, 17/07; 03/08/2001 – Folha Online- 08/08/2001*)

Marcha de la CUT puede tener brotes de violencia- La Central Unitaria de Trabajadores (CUT) realiza esta tarde una marcha de protesta que puede estar llena de sorpresas, debido a que podría tener brotes de una cierta violencia, según adelantaron sus dirigentes. La manifestación es por la falta de credibilidad que tiene la ciudadanía contra este Gobierno, por el hecho de que ya nadie sabe quién manda y por el aumento de la corrupción e inseguridad que se percibe a diario en las calles.

La concentración será a partir de las 17:00 en la CUT. Se presume que unas 2.000 personas apoyarán la acción gremial, de las cuales cerca de 500 vendrán del interior, informó ante nuestra consulta el secretario general de la central obrera, Jorge Alvarenga.

Consultado si la marcha no es una amenaza porque desde un comienzo dijeron que no será pacífica, manifestó que "puede haber sorpresas y que no será una jornada de silencio". "No es una amenaza para nadie. Sucede que si al Gobierno no se le golpea no tiene intención de negociar", señaló nuestro entrevistado. (*ABC Color 10/08/2001*)

Trabalhadores e Sindipeças assinam acordo para manter nível de emprego - A Força Sindical assinou nesta terça-feira, 7, acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) para manter os empregos de cerca de 140 mil trabalhadores nas indústrias do setor pelo menos até outubro.

O acordo terá vigência de três meses e prevê a adoção de um sistema de banco de horas, podendo haver redução de jornada, sem desconto na folha de pagamento no caso de horas não-trabalhadas, mas, num prazo de doze meses, estas deverão ser repostas quando necessário. Haverá limite para redução de produção - no máximo 120 horas no período, ou 40 horas/mês.

As duas partes – Sindipeças e STI Metalúrgica de SP justificam o acordo em função da necessidade das empresas de atingir a meta de economia de energia e devido às férias

coletivas anunciadas pela maioria das montadoras instaladas no País. (*Panoramabrasil, 10/08/2001*)

Mercosul

Botafogo debate a integração comercial com a direção da CUT - O conjunto de propostas da União Européia (UE) para a formação de um bloco econômico com o Mercosul são muito modestas e estão distantes do que se pretende com o acordo comercial entre as partes, disse ontem em São Paulo o embaixador José Botafogo Gonçalves, que participou, no dia 07/08 de um debate com a executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Para Botafogo, o fato de a proposta européia ser modesta não terá impacto nas negociações bilaterais. Primeiro, porque isso ajuda o Mercosul, que vive um momento de crise e fragilidade, tendo pouco tempo para aprofundar-se nos temas mais importantes. "E ninguém começa as negociações abrindo todo o jogo, ainda mais porque elas devem durar dois ou três anos."

Segundo ele, o país deverá apresentar daqui a um mês sua proposta de livre comércio com a União Européia. "Estamos montando equipes com várias entidades e ministérios para termos uma proposta ampla", disse ele, que não quis adiantar pontos do documento.

Depois de ter a proposta, o governo brasileiro se sentará à mesa com os representantes dos outros países do Mercosul, para discutir uma proposta conjunta, que deverá ser entregue no dia 31 de outubro, quando haverá o encontro de Bruxelas, onde representantes dos dois blocos começarão negociações mais amplas.

O principal obstáculo ao acordo é a área agrícola, que esbarra no protecionismo dos agricultores europeus. No ano passado, a UE exportou US\$ 27 bilhões para os países do Mercosul, um crescimento de 9,7% em relação a 1999. As vendas agrícolas européias para o Mercosul somaram US\$ 798 milhões, o que representou aumento de 12% na comparação com 99. As importações da UE procedentes do Mercosul foram de US\$ 26,6 bilhões em 2000, um avanço de 25,3% ante o resultado obtido em 1999. As importações européia de produtos agrícolas do Mercosul ficaram em US\$ 9,9 bilhões, com um crescimento de 17,8%, segundo dados da Comissão Européia, em Brasília. Cerca de 53% das importações européias de produtos agrícolas vêm de países em desenvolvimento, em relação a 30% nos EUA. Os norte-americanos, principais exportadores agrícolas mundiais, compram sobretudo da Europa, Austrália e Canadá. Porém, o embaixador aponta que já se vêem fissuras no setor agrícola que poderão representar o fim dos subsídios ao setor. "Os consumidores europeus estão pagando mais caro por conta desses subsídios e isso já começa a ser questionado."

Botafogo disse que o governo está acelerando as negociações para a formação de um bloco econômico com a Comunidade Andina (Peru, Bolívia, Venezuela, Equador e Colômbia). A intenção do acordo é usar a infra-estrutura desses países no futuro. "O intercâmbio energético será muito importante, por isso estamos buscando uma maior integração de infra-estrutura", apontou o embaixador. A Venezuela é um dos maiores produtores mundiais de petróleo do mundo, enquanto a Bolívia tem uma das maiores reservas de gás natural do planeta.

Em relação ao Acordo de Livre Comércio entre as Américas (Alca), o embaixador disse que para as negociações serem aceleradas ainda falta a aprovação pelo Congresso americano do Trade Promotion Authority (antigo fast track). Há uma divisão no Congresso dos Estados Unidos que está paralisando sua aprovação.

O presidente da CUT, João Felício, criticou a intenção do governo de negociar com a Alca e com a União Européia. "Esses acordos só protegem os interesses das multinacionais, que acabam submetendo a economia brasileira a seus interesses." Para a CUT, além de a Alca ser mais um instrumento de expansão do imperialismo americano, os trabalhadores não deverão ter participação nos lucros das empresas que usufruam de benefícios concedidos por se localizarem nos blocos. "Os acordos pouco oferecem aos trabalhadores, apenas as empresas ganham", disse o dirigente. A entidade também ressaltou que a discussão dos acordos, como deve ir além do mandato do presidente Fernando Henrique, poderá mudar completamente no próximo ano. (*Valor Econômico, Gazeta Mercantil Latino-Americana 08/08/2001*)

El ministro Didier Opertti, anunció agenda comercial de Uruguay- El ministro de Relaciones Exteriores, Didier Opertti, anunció ayer una seguidilla de misiones comerciales de Uruguay, cinco de ellas a la zona Nafta (Estados Unidos-Canadá-México), dos a Brasil y cuatro a mercados no tradicionales. El objetivo principal es ampliar la cantidad de exportaciones extrarregionales explicó el canciller durante un desayuno de trabajo organizado por la Asociación de Despachantes de Aduana del Uruguay. Las misiones irán a la Florida y Puerto Rico y a Toronto, Montreal y Quebec, en Canadá, sin perjuicio de visitas de empresarios del software a las ciudades estadounidenses de Atlanta, Nueva Orleans y Chicago. Además están previstas delegaciones a Río Grande y San Pablo en Brasil y, a fines de octubre, se visitará Irak. En tanto, para el primer semestre del año próximo se enviarán misiones a Arabia Saudita, Líbano y Europa Central.

Opertti también se refirió ayer al Mercosur. "Hay que devolverle vida al cuerpo y no sólo a algunos órganos", dijo. El canciller señaló que Uruguay durante la presidencia pro t mpore del Mercosur —que finaliza en diciembre— tiene la responsabilidad de elaborar un programa que atienda el comercio, el relacionamiento externo y la estructura institucional.

Aún no está confirmada la agenda para este semestre, reconoció, y "se está en una etapa de consultas de carácter técnico para ver en qué etapa están las relaciones para luego acceder a instancias superiores".

Opertti afirmó que realizará consultas personalmente la semana próxima en ocasión de una reunión informal de los cancilleres del Mercosur en Santiago de Chile, donde se reunirá el Grupo de Río. Asimismo, señaló que "es necesario tener una prudente expectativa con respecto de la situación argentina, aunque sin paralizar totalmente la presidencia pro tempore".

El canciller indicó que en materia comercial hay que "utilizar los mecanismos legales a disposición para señalar el incumplimiento, el apartamiento, la insatisfacción, acerca de los compromisos contraídos dentro y fuera del Mercosur" y volvió a recalcar la necesidad de crear un tribunal arbitral permanente.

En materia de relacionamiento externo, Opertti destacó los avances comerciales con la Unión Europea, que formuló una propuesta de desgravación "compleja, incremental, progresiva", con un plazo para responder que vence en octubre. En la parte institucional Opertti enfatizó sobre la importancia de dotar de una mayor estructura al Mercosur. El bloque "no tiene una comisión de comercio, un grupo mercado ni un consejo que ordene a los países miembro a alinear sus conductas macroeconómicas o que establezca compensaciones por los desvíos de comercio", aseguró.

"El programa (que redacte Uruguay) tiene que ser consultado. Uruguay no tiene la capacidad de imponérselo a nadie y, si hay señales positivas, quizá se realice una reunión extraordinaria del Consejo (Mercado Común) dirigida a mercosurizar las medidas unilaterales que se han ido adoptando", agregó. (*El Observador*, 11/08/2001)

Mercosul exige mudanças no comércio de produtos agrícolas - A questão dos subsídios agrícolas é fundamental para que o Brasil, assim como os demais países do Mercosul e seus associados, apóie a realização da nova rodada de negociações da Organização Mundial de Comércio (OMC), marcada para o próximo mês de novembro.

Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia afirmaram em Genebra, sede da OMC, que "a agricultura determinará o lançamento de uma nova rodada de negociações multilaterais". O Mercosul e os associados querem que a OMC estipule como objetivos da negociação a redução e eliminação de subsídios para produtos agrícolas.

Apesar da nova reunião ministerial da OMC estar marcada para novembro, em Qatar, a própria direção da Organização admite que um novo fracasso nas negociações multilaterais, a exemplo do ocorrido em Seattle, nos EUA, em 1999, poderia afetar seriamente o poder da OMC. A falta de consenso entre os países membros resultou na falta de resultados da última conferência ministerial da OMC, a chamada Rodada do Milênio. (*Panorama Brasil*, 02/08/2001)

Aprovado mecanismo de consulta prévia para mudanças na TEC e câmbio - Os Presidentes do Mercosul aproveitaram o encontro em Lima, à margem da posse de Toledo, para criar mecanismo de consultas e comunicações prévias sobre medidas em relação a TEC e ao câmbio. A tarefa dos diplomatas agora é criar um formato pelo qual se possa "institucionalizar as excepcionalidades". Outro termo que surgiu foi o de um "waiver quadripartite", ou seja, uma espécie de licença prévia para os sócios ajustarem suas políticas comerciais às circunstâncias. "Todos reconhecem que houve situações de fato que levaram alguns países a perfurar a TEC", disse o Presidente FHC na manhã de sábado.

Os Presidentes decidiram que é preciso que o bloco assimile medidas "menos ortodoxas" do que estava previsto no plano original do Mercosul, para evitar a dissolução do bloco comercial. O Presidente do Uruguai, Jorge Battle, que ocupa a presidência pró-tempore do Mercosul, deixou claro que para os demais países a questão do câmbio brasileiro é vital. "Se não é para haver mais surpresas, então que não haja mais surpresas em todos os aspectos, incluindo o câmbio". Além disso os Presidentes se colocaram de acordo quanto à necessidade de o Mercosul manter-se coeso para negociar com a UE e os EUA.

Na manhã de sábado, os Chanceleres dos países do Mercosul estiveram reunidos com o USTR, Robert Zoellick, para discutir o formato das negociações 4+1. (*Agência Estado- Global 21, 30/07/2001*)

Comércio de autos ultrapassa limites do acordo automotivo - Segundo dados do comércio Brasil-Argentina de automóveis e autopeças, as vendas argentinas já estouraram os limites previstos no acordo automotivo concluído no fim de 2000. Interessado em renegociar o acordo, o Governo argentino enfrenta a resistência do Brasil, que rejeita a proposta apresentada.

Conforme as regras do acordo, no fim do ano os dois países terão de fazer acerto de contas do comércio bilateral automobilístico, que, em princípio, está livre da tarifa de importação. A idéia é que haja equilíbrio. O lado deficitário poderá ostentar total de importações apenas 10,5% maior que suas exportações. Se o limite for ultrapassado, as empresas terão de pagar 70% da TEC sobre a parcela excedente. No caso do Brasil, essa alíquota seria de 24,5% sobre cada veículo trazido da Argentina.

A preocupação do Itamaraty e do MDIC está no fato de que, entre janeiro e maio, a Argentina já estourou essa margem em pouco mais de US\$ 200 milhões. Devido à recessão argentina, a tendência seria de manutenção ou mesmo de elevação dessa margem. Isso significa que as montadoras brasileiras deverão reduzir as compras do país vizinho para evitar cobrança da Receita Federal (na verdade, ainda não foi regulamentada internamente a cláusula do acordo que trata da aplicação das multas pela RF).

Segundo José Botafogo Gonçalves, principal negociador brasileiro no Mercosul, "O estranho é que a Argentina havia exigido a adoção desse limite para inibir uma invasão de produtos brasileiros, e o Brasil não queria. O tiro saiu pela culatra. Se for para discutir o livre comércio do setor, nós concordamos em renegociar. Mas não aceitamos uma licença temporária para o não cumprimento das regras do acordo".

O recado de Botafogo é de rejeição aos termos da proposta argentina, que prevê a suspensão por dois anos das regras do acordo. Nesse período, o comércio do setor com o Brasil estaria livre. E as tarifas cobradas sobre caminhões e tratores de fora do Mercosul seriam reduzidas de 23% para zero, e as que incidem sobre veículos cairiam de 35% para 25%. Em outras palavras, a margem de preferência no mercado argentino aos produtos brasileiros cairia. (*O Estado de S. Paulo, 07/08/2001*)

Alca, UE, OMC

Brasil vai liderar a elaboração da proposta

Mercosul para a UE - O Mercosul passa por período de hibernação das negociações internas, devido à crise argentina, mas tem pela frente o compromisso de formular contra-proposta do bloco, até 31 de outubro, à proposta de desgravação tarifária apresentada pela União Européia no início de julho, em Montevidéu.

Segundo o Embaixador José Botafogo Gonçalves, principal negociador do Brasil no Mercosul, o Governo brasileiro decidiu assumir a liderança do processo: formulará posições, fazendo coordenação interministerial e com o setor privado, num trabalho "de 24 horas por dia".

Em seguida, o país discutirá a proposta com os outros três sócios do bloco, para "mercosulizá-la". Fontes diplomáticas do Mercosul reconhecem que o Brasil "está em melhores condições", neste momento, de liderar a elaboração da contra-proposta à UE.

Em recente visita a Brasília, o Comissário da UE para o Comércio, Pascal Lamy, explicou sua preocupação: assegurar um formato satisfatório para o processo de globalização da subregião, o que passa pelo fortalecimento do Mercosul. Se a Alca engolir o Mercosul, a UE e os EUA entrariam em confronto. "A economia atua sob a forma de redes, e isso pressupõe capilaridade, que é compatível com regras convergentes e não de confronto".

A negociação Mercosul-UE deve levar de dois a três anos, mas já começou, porque ambas as partes já possuem mandato negociador. "Na Alca, os EUA não têm autorização - "fast track" - para assinar acordos comerciais. O que aconteceu é que, na reunião ministerial da Alca, em Buenos Aires, há poucos meses, marcou-se o final do jogo sem começá-lo, isto é, foi dito que vamos terminar a negociação em 2005. Pusemos o carro diante dos bois", afirma Botafogo.

Para o negociador do Brasil no Mercosul, a grande área de divergência entre o Mercosul e a União Européia é a política de subsídios agrícolas.

Os europeus asseguram, entretanto, que já existe decisão de aumentar a velocidade e a intensidade da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), que será discutida na rodada da OMC. A UE registra que absorve 40% das exportações agrícolas (rações animais, carne, soja e café) do Mercosul, em comparação com 10% dos EUA. (*Gazeta Mercantil LA-Global 21-07/08/2001*)

Subsídios agrícolas nos EUA passam de US\$ 32 para 39,5 bilhões anuais- No momento, produtores rurais enfrentam na Europa enfrentam pesados prejuízos decorrentes das crises da "vaca louca" e da aftosa, sobretudo no Reino Unido. Nos EUA, políticos são muito dependentes do "lobby" agrícola, recebendo doações de campanha e, uma vez eleitos, defendendo os interesses do setor. Tudo indica que uma nova lei agrícola será aprovada no Congresso norte-americano, com mais subsídios aos agricultores.

Pela nova legislação, culturas de cereais, oleaginosas e algodão, além da produção de leite e açúcar, serão beneficiadas com recursos públicos da ordem de US\$ 73,5 bilhões em dez anos. Ou seja, a cada ano mais US\$ 7,5 bilhões aos subsídios de US\$ 32 bilhões já concedidos anualmente.

Esse tipo de política gera distorções contra produtores agrícolas do Terceiro Mundo. Um trabalhador rural na Argentina, por exemplo, ganha em média US\$ 300 por mês. O mesmo trabalhador ganha na Espanha cerca de US\$ 2.000. Assim, qualquer produto agropecuário argentino custa menos para ser produzido do que na Europa. Vantagens maiores ainda teriam Brasil e outros países emergentes. Mas, devido aos subsídios, a produção européia pode ser vendida por preços tão competitivos como os dos países nos quais o salário é de US\$ 300 ou menos. Além dos subsídios, quando necessário, os países ricos impõem barreiras tarifárias e não-tarifárias para impedir a importação dos produtos agrícolas.

Desde que a criação do GATT, há 50 anos, as tarifas médias de importação de manufaturados caíram de 40% para 4%. Enquanto isso, as tarifas sobre produtos agrícolas mantiveram-se em 40%. O Brasil e os demais países em desenvolvimento produtores de matérias-primas agrícolas são hoje vítimas desse sistema perverso. (*Folha de S. Paulo-07/08/2001*)

OMC dá mais prazo para regimes automotivos- A Organização Mundial de Comércio aprovou, no início de agosto, prazo adicional que permitirá a Argentina e México manterem seus regimes automotivos até 31 de dezembro de 2003. Seis outros países também serão beneficiados. Esta é a primeira decisão aprovada na OMC desde o fiasco de Seattle, em 1999, para atenuar dificuldades na implementação de acordos da Rodada Uruguai (1986-1994).

A OMC levou em conta 'necessidades comerciais, financeiras e de desenvolvimento' dos países. Fontes de Brasília dizem que a aprovação não terá influência sobre o comércio exterior

brasileiro, apesar do acordo automotivo no Mercosul e de exportações de mais de US\$ 1 bilhão por ano para o mercado mexicano.

Outros seis países - Chile, Colômbia, Paquistão, Malásia, Filipinas e Romênia - conseguiram a mesma extensão do prazo para eliminar Medidas de Investimento ligadas ao Comércio (TRIMs em inglês). Trata-se de estímulos oferecidos pelos governos para atrair investidores internacionais, condicionados a desempenho de exportação, utilização de conteúdo nacional mínimo na produção local, importar com os dólares que ganha da exportação, ou estimular o desenvolvimento técnico.

O que os países aprovaram ontem foi a 'fórmula 2+2' para a extensão de medidas de TRIMs, que são incompatíveis com as regras da OMC e deveriam ter sido eliminadas em 1o. de janeiro de 2000. Formalmente, foi aprovada a primeira fase da extensão (1o. de janeiro de 2000 até 31 de dezembro de 2001). Para obter a extensão adicional de dois anos (1º. de janeiro de 2002 a 31 de dezembro de 2003), os países devem apresentar um plano detalhado até o próximo dia 31 de como vão eliminar as medidas de TRIMs. A Tailândia também obterá esses prazos, através de waiver (dispensa de cláusula).

A Argentina queria manter seu regime automotivo por mais sete anos argumentando que não pode remover agora a medida de TRIMs para sua indústria automobilística (exigência de conteúdo local) por causa de sucessivas crises que afetaram fortemente o setor. O Brasil manifestou ao longo dos meses 'preocupação sistêmica' com as TRIMs, por considerá-las um instrumento de política comercial de eficácia duvidosa, implicando fortes custos fiscais.

O México tinha pedido quatro anos, para manter igualmente incentivo vinculado à exigência de conteúdo local na indústria automobilística. O Chile prometeu eliminar os incentivos proibidos já no fim deste ano.

Filipinas alegou necessidade de ajustar a capacidade produtiva no setor automobilístico para futuras liberalizações de um setor que emprega 44.715 pessoas e exportou US\$ 934 milhões em 1999. A Romênia continuará dando incentivos vinculados para sua indústria naval. A Tailândia manterá exigência de conteúdo local para os fabricantes de produtos lácteos. A Malásia também terá mais tempo para o seu regime automotivo. A Colômbia obteve o sinal verde para continuar com exigência para os processadores agro-industriais absorverem a colheita local. Só podem importar se não há produto local. A medida é para estimular o combate a drogas, segundo Bogotá.

A aprovação ocorreu depois de dois dias de intensos debates sobre a nova rodada, que manteve divergências sobre a questão. Um grupo de dez países - Índia, Indonésia, Malásia, Paquistão, Tailândia, Egito, Cuba, Honduras, Jamaica e República Dominicana - deu entrevista na OMC, deixando claro que simplesmente não dá para aceitar novas regras comerciais quando os países se debatem ainda em como implementar em suas leis nacionais as aprovadas na Rodada Uruguai (1986-1994). O exemplo é o acordo de Trips (propriedade intelectual): 70 países ainda tentam aplicar o acordo de proteção de patentes, mas não têm condições técnicas. 'Como aceitar então negociar regras para investimentos e concorrência?', indagou o embaixador da Índia.

Além da extensão de medidas de TRIMs, foram aprovadas quatro medidas visivelmente cosméticas em áreas como valoração aduaneira e fitosanitárias, consideradas ridículas pelo grupo. 'De 100 problemas de implementação, até agora resolveram quatro, a nove semanas de trabalho útil para a conferência da OMC no Catar', reagiu um representante da Malásia.

De outro lado, o diretor-geral da OMC, Mike Moore, comemorou o que chamou de 'bom passo' no caminho para se lançar uma nova rodada global. 'É um excelente sinal porque desde dezembro de 1999, depois do fiasco de Seattle, não se tomava decisão sobre implementação', acrescentou o embaixador do Marrocos, Nacer Benjellouen Touimi.

O negociador europeu Peter Carl apresentou uma perspectiva fortemente otimista sobre as chances de rodada. Ao seu ver, investimentos e concorrência vão entrar na agenda. Os maiores problemas atualmente são sobre implementação, agricultura, meio ambiente e antidumping. Outros temas, como facilitação de comércio, compras governamentais ou comércio eletrônico 'têm mais apoio'. (*Gazeta Mercantil, 01/08/01*)

Empresas e setores

Empresas argentinas vêm Brasil alternativa-

Número crescente de médias e pequenas empresas argentinas olham para o Brasil como fronteira para internacionalização, temendo que a crise em seu país se agrave. A intenção dessas empresas é escapar da retração de vendas na Argentina e usufruir dos programas brasileiros de incentivo às exportações. Com o corte nos gastos públicos na Argentina, esses programas foram descontinuados. Além disso, o tamanho do mercado brasileiro exerce forte atração, pois, dependendo do produto, ele chega a ser entre cinco e dez vezes maior que o argentino.

Segundo Gustavo Segré, do Center Group (consultoria especializada em trazer empresas argentinas para o Brasil), "dobrou nos últimos dois meses o número de empresas argentinas interessadas em abrir escritórios comerciais e unidades de produção no Brasil". Atualmente, a companhia gerencia 47 negócios de empresas argentinas no Brasil. Em média, a consultoria recebia de 17 a 20 consultas por mês de empresas argentinas interessadas em ter negócios no Brasil. Em julho, com a piora na situação econômica da Argentina, essa média oscilou entre 35 e 40 consultas.

Como a moeda argentina está atrelada ao dólar, essas companhias conseguem fazer bons negócios por aqui, desembolsando relativamente pouco pela compra de ativos. A tendência, iniciada há cinco anos pelos grandes grupos argentinos de se instalarem no mercado brasileiro começou a ser seguida, mais recentemente, pelas médias empresas.

As empresas argentinas que agora estão interessadas em abrir negócios no Brasil faturam até US\$ 5 milhões por ano, diz Segré. A maioria das companhias pertence aos setores alimentício, químico (voltado para higiene, limpeza, celulose e tratamento de água), tecnológico, autopeças e brinquedos didáticos de madeira.

Os argentinos preferem se estabelecer prioritariamente em São Paulo (SP) e em Porto Alegre (RS), pela proximidade geográfica e afinidade cultural. Inicialmente, as companhias montam escritórios de distribuição para avaliar o mercado e, depois, unidades de produção. (*O Estado de S. Paulo- Global 21 -07/08/2001*)

Goodyear desiste de construir nova fábrica no Brasil - A subsidiária brasileira da fabricante de pneus norte-americana Goodyear, anunciou que abandonou seus planos de construir sua terceira fábrica no país, devido a uma queda repentina no mercado de pneus local. A fábrica de US\$ 180 milhões seria construída na cidade de Glorinha, no Rio Grande do Sul.

"Considerando a atual situação econômica e a desaceleração do mercado de pneus, a Goodyear Brasil chegou a conclusão de que não há necessidade de construir uma nova fábrica no país", informou a companhia em um comunicado. A nova fábrica produziria 1,2 milhão de pneus por ano.

A Goodyear já tem duas fábricas operando no estado de São Paulo que, juntas, produzem diariamente 37 mil pneus.

A companhia anunciou que não "descartou a possibilidade da construção da fábrica no futuro, quando as condições do mercado melhorarem", segundo noticiaram as agências internacionais. *PanoramaBrasil*, 28/07/2001

YPF ganó 836 millones- La filial argentina del grupo petrolero español Repsol, YPF, anunció una ganancia neta de 836 millones de dólares en el primer semestre del 2001. La facturación en el semestre enero-junio de la filial YPF, según fuentes del sector, rondaría los 4.200 millones de dólares.

En el comunicado remitido a la Bolsa de Buenos Aires, YPF indicó que sus resultados operativos (antes de impuestos) alcanzaron a los 1.306 millones, y que por los resultados en el semestre se deberán pagar 470 millones de impuestos a las Ganancias.

El resultado de YPF del semestre fue superior en 75 millones si se compara con igual período del 2000, cuando las ganancias ascendieron a 761 millones de dólares. La suba fue del 16,2%.

El incremento en los resultados se debió, en gran parte, al sector de exploración y explotación, que se vio favorecido por el alza internacional del precio del petróleo, que fluctuó entre los 25 y 29 dólares en el período.

Debido a la recesión, el sector comercialización influyó con menor fuerza en los resultados. El mercado argentino de las naftas sufrió una caída del 10% en la demanda, comparado con igual período del 2000. Sin embargo, en la petrolera indicaron que, pese a la baja, las naftas de la empresa lograron un crecimiento del 1,1% en la participación del mercado.

El grupo español Repsol es el propietario del 99% de las acciones de YPF, pero la filial argentina aún cotiza en la Bolsa local, por lo cual presenta balances trimestrales por separado. El patrimonio neto de YPF alcanza a 9.286 millones de pesos. (*Clarín, 4-8-2001*)

Argentina - Marcha atrás en autos- El mercado automotor local continuó en retroceso durante el mes pasado, con caídas del 18,4 por ciento en la producción y del 39,8 por ciento en las ventas respecto de julio del año pasado.

La información fue dada a conocer ayer por la Asociación de Fábricas de Automotores (ADEFA), que indica que en el séptimo mes del año se produjeron 23.321 vehículos, de los que se exportaron 10.314.

A diferencia de los últimos meses, en los que las ventas al exterior constituían la única variable positiva, las exportaciones también cayeron: 25 por ciento en doce meses y 48,4 por ciento en relación a junio de este año. No obstante, en el primer semestre se exhibe una mejora del 51,5 por ciento.

Las ventas a concesionarios tuvieron un aumento del 0,9 por ciento respecto de junio y una caída del 39,8 por ciento con relación a igual mes del año pasado. Comparando con igual período de 2000 la caída fue del 41,2 por ciento. (*Página 12, 4-8-2001*)

Fabricantes de máquinas e ferramentas buscam Europa como alternativa - Os fabricantes brasileiros de máquinas-ferramentas cobiçam o mercado europeu. Empresas de tornos como a Romi S.A. e a Ergomat Brasilien vêem na Europa uma grande possibilidade de expandir seus negócios. Em 2000, as exportações no setor de bens de capital mecânicos foram de US\$ 3,52 bilhões. Um dos fatores a influenciar essa guinada para a Europa foi a redução na Argentina das alíquotas de importação para bens de capital de países de fora do Mercosul, em meados de março. "A América Latina é um mercado crônico de risco, por isso buscamos esse espaço na Europa", diz o assessor da diretoria de relações com investidores, André Romi.

A Romi inaugurou recentemente uma subsidiária integral na Alemanha, já em busca de ampliar esse mercado, que em 2000 representou 15% de suas exportações - que significaram 30% da receita operacional líquida da empresa, ou seja, US\$ 22,5 milhões.

Na Ergomat, metade do volume exportado no ano passado foi para a Europa. Em 2000 suas exportações representaram 32% do faturamento.

Mas, o Brasil ainda detém uma fatia pequena desse mercado. Na feira de tecnologia de máquinas e equipamentos para manufatura da Emo, em Hannover, na Alemanha, que será realizada entre 12 e 19 de setembro, o país terá participação modesta de cinco estandes. A Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) garantiu seu espaço no evento, num estande institucional, e acredita que cerca de 300 empresários brasileiros devem ir à feira. "Daremos suporte para os que queiram fechar negócios mas não têm estande próprio", diz Casemiro Bruno Taleikis, da Abimaq. (*Agência Estado, 10/08/2001*)

Fórum Agrícola brasileiro elabora proposta de negociações com U E - O Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais, que é integrado por representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Associação Brasileira de Agronegócios (Abag) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), está realizando uma série de reuniões para definir a proposta do setor agropecuário brasileiro para as negociações entre o Mercosul e a União Européia. A proposta do setor tem como premissa básica a desgravação de tarifas para todos os produtos negociados entre os dois blocos econômicos, começando pelos itens que têm tarifas mais altas. A idéia é transformar as reivindicações dos vários setores da agropecuária em uma proposta comum, que depois será debatida no âmbito do Mercosul e

apresentada na próxima rodada de negociações com a União Européia, marcada para 31 de outubro, em Bruxelas.

Para Gilman Viana, coordenador do Fórum, a proposta apresentada ao Mercosul pela União Européia prevê a retirada gradual das tarifas ad valorem, aquelas que incidem sobre o valor dos produtos. As tarifas específicas, (que incidem em percentuais fixos para determinados produtos), entretanto, não seriam alteradas. Gilman Viana argumenta que a proposta não é vantajosa para o Brasil, pois dos US\$ 10,2 bilhões exportados para a União Européia, apenas US\$ 1,2 bilhão refere-se a produtos com tarifas ad valorem.

Ficariam fora da desgravação, portanto, produtos como carne bovina, suína e de frango, suco de laranja, açúcar e café solúvel, que respondem por mais de US\$ 4 bilhões das exportações nacionais para países europeus e pagam tarifas de até 1.300 euros a tonelada (caso da carne bovina) para entrar no bloco econômico. (*Panoramabrasil, 02/08/2001*)

Notas e Correspondências

Se constituyó la "Mesa del Empresariado Nacional PYME"

Entidades que representan al sector de la pequeña y mediana empresa quedaron constituidas en la Mesa del Empresariado Nacional Pyme, con la intención de generar desde su seno una alternativa que recupere la identidad nacional y la solidaridad social.

La Mesa compuesta por entidades del agro, la industria, el comercio y los servicios, conforman la representatividad de un sector que integra más del 90% de las empresas nacionales, con una participación del 50% en el PBI, además de generar la mayor parte del empleo en el país.

En audiencia con el Cardenal Bergoglio, se hizo entrega del documento en el que se caracteriza la situación socio-económica como "la más grave y trascendente crisis de la historia contemporánea argentina". Proclaman "su convencimiento por la necesidad de armonizar los distintos intereses sectoriales, subordinados al interés general y al bien común, en pos de la unidad nacional".

En la oportunidad el Cardenal Bergoglio, expuso como guía posible, la Doctrina Social de la Iglesia, poniendo a disposición el ámbito de la arquidiócesis "como la casa de todos".

Agregó además, que ve con satisfacción la unión de las entidades empresarias pymes para el desarrollo de un proyecto iniciado desde abajo, es decir, aprovechando las excelentes reservas morales y culturales de nuestra sociedad.

La Mesa del Empresariado Nacional Pyme, convoca a una Conferencia de Prensa para el próximo Lunes 6 de Agosto a las 13.00 hs. en la sede de ADIMRA, Alsina 1609, piso 2º, Ciudad de Buenos Aires, donde se dará a conocer el documento y las acciones a seguir en y desde este espacio.

Asamblea de Pequeños y Medianos Empresarios APYME, Asociación de Industriales Metalúrgicos - ADMIRA, Asociación de Importadores y Exportadores – AIERA, Confederación General de Comercio y Servicios – CGC, Confederación General de la Industria – CGI Confederación General de la Producción -.CGP, Confederación General Económica – CGE Consejo Argentino de la Industria- CAI, Federación Agraria Argentina- FAA, Frente Agrario Nacional

Informes, confirmaciones y adhesiones: menpyme@hotmail.com cgira@ciudad.com.ar

FAN

01/08/2001

Curso sobre a ALCA

As negociações da ALCA estão entrando numa etapa decisiva. A participação da sociedade civil terá um papel cada vez mais importante nas negociações comerciais. A dinâmica do processo da participação dependerá do manejo das complicadas agendas e uma alta capacidade dos negociadores tanto oficiais, como dos setores representativos da sociedade.

Por isto, o Centro das Cúpulas das Américas está lançando o Segundo Curso de Capacitação

em Negociações de Comercio Internacional entre 14 y 26 de Outubro de 2001 na Florida International University em Miami.

O programa do curso, de duas semanas de duração, incluirá os aspectos técnicos e práticos das negociações comerciais internacionais, com especial referencia ao processo de integração hemisférica (Area de Livre Comércio das Américas, ALCA) e exercício prático de negociação (role playing), baseado num caso real de negociação multilateral no hemisfério.

O curso está dirigido a negociadores oficiais dos governos dos países da ALCA, empresários e funcionários das entidades empresariais e académicos e investigadores. O corpo de instrutores está integrado por destacados especialistas do continente americano, com vasta experiência prática no processo da negociação comercial e reconhecidos antecedentes nas faculdades universitárias. O curso será ditado em Espanhol.

Mais informações podem ser encontradas na página web www.americasnet.net.

Atentamente,

Bruce Jay

Analista Senior

Centro das Cúpulas das Américas

Florida International University

Miami, Florida

Fone: 305 348-2894 - Fax: 305 348-3593 - e-mail: cirac@fiu.edu

Carl Cira

Diretor

Saúde e Trabalho

Comunicamos o lançamento do site **HO-HIGIENE OCUPACIONAL** -, o portal temático para higiene do trabalho. Textos, revistas, bibliotecas, bancos de dados, legislação, softwares, consultorias, laboratórios e equipamentos para avaliações ambientais. Tudo sobre riscos químicos, físicos, biológicos e de acidentes presentes nos locais de trabalho.

e-mail - online@higieneocupacional.com.br home page - www.higieneocupacional.com.br

Carlos Roberto Miranda

(enviado ao **Fale Conosco** da pagina Sindicato Mercosul -31/07/2001)